

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.648 - PB (2019/0011058-0)

AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : CONDOMINIO ALPHA VILLAGE INTERMARES
ADVOGADOS : MARTSUNG FORMIGA CAVALCANTE E RODOVALHO
DE ALENCAR - PB010927
SANCHA MARIA FORMIGA CAVALCANTE E
RODOVALHO DE ALENCAR E OUTRO(S) - PB013237
CHARLYS AUGUSTO PINTO DE ALENCAR FREIRE -
PB021216

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, com o objetivo de reformar acórdão prolatado pelo Tribunal de Regional Federal da 5ª Região, nos termos da seguinte ementa (fls. 473-474):

ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA. PERÍODO ANTERIOR À LAVRATURA DO AUTO. PODA DE ÁRVORES EM ÁREA DE FLONA. AUTORIZAÇÃO DO IBAMA. INEXISTÊNCIA. REDUÇÃO DA MULTA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO.

I. Trata-se de apelações interpostas pelo IBAMA e pelo particular em face da sentença, que julgou parcialmente procedente o pedido inicial para reduzir o valor da multa aplicada pela autarquia ambiental de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) para R\$ (dois mil reais), por entender que o dano causado à FLONA, em maior proporção, foi realizado à época da construção do empreendimento imobiliário. A multa foi mantida com sua redução, tendo em vista que o particular em momento à obra também realizou podas na área sem a respectiva autorização do IBAMA.

II. O auto de infração, que o particular pretende anular, se resume ao fato de que o condomínio promoveu, em torno do muro do empreendimento, o corte de vegetação nativa, no interior da Unidade de Conservação, sem licença e/ou autorização do IBAMA, tendo sido lavrado o referido auto em julho de 2009, com imposição de multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do artigo 91, do Decreto Federal nº 6.514/08. O valor foi acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), diante da gravidade da infração, que implicou desmatamento de aproximadamente 1.000m² da FLONA.

III. Da análise do acervo probatório juntado aos autos, verifica-se que no ano de 2006, em inspeção realizada pelo IBAMA, foi constatada a existência de clareira entre o muro do empreendimento e a FLONA, resultado do corte de árvores, quando ainda se encontrava em construção, o fato que se mostra incontroverso.

IV. Diante dos fatos, não há como deixar de concluir que o desmatamento apontado pelo IBAMA, na verdade, não decorreu da poda de árvores ocorrida em 2009, mas quando da construção do empreendimento, nos idos de 2006. A poda não teria sido por si só, capaz de gerar danos ambientais na proporção apontada pelo Instituto.

V. Conforme reconhecido pelo particular, na via administrativa, o Condomínio realizou a poda de árvores, sem a respectiva autorização do IBAMA, não obstante ter ciência que para tal prática deveria obter autorização prévia do instituto. Sendo assim, não se pode isentar de um todo da infração apontada no auto lavrado pelo Instituto, cabendo tão somente, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a possibilidade de redução do valor da multa imposta.

VI. As sanções impostas pelo Administrador aos administrados devem guardar uma relação de proporcionalidade e razoabilidade com a infração cometida. No caso concreto, a multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) apresenta-se desproporcional ao prejuízo causado à FLONA, restando razoável o valor fixado na sentença, com a redução para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), diante do seu caráter pedagógico.

VII. Por fim, diante do fato de ter saído vitorioso de maior parte do pedido, cabível a condenação do Instituto ao pagamento de honorários advocatícios, que devem ser arbitrados de acordo com o Código de Processo Civil de 1973, vigente à época do ajuizamento da ação, no valor de 23.300,00 (dois mil e trezentos reais), equivalente à 10% do valor do proveito econômico obtido, nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC/73.

VIII. Apelo do particular provido parcialmente e apelo do IBAMA improvido.

Em suas razões recursais especiais IBAMA aponta violação, pelo acórdão recorrido, dos arts. 90, 91 e 93 do Decreto 6.514/2008 e dos arts. 21, 74 e 75 da Lei n. 9.605/1998, porquanto, em apertada síntese, razoável a multa ambiental aplicada ao Condomínio/recorrido, fixada dentro dos limites estabelecidos pela lei e de acordo com prejuízo provocado ao meio ambiente (Flona).

Aponta, ainda, violação do art. 86 do CPC de 2015, visto que, em suma, da ocorrência de sucumbência recíproca devem ser excluídos os honorários advocatícios da condenação ou, pelo menos, reconhecida que a mesma é devida, também, à autarquia/recorrente.

Não foram ofertadas contrarrazões e o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial (fl. 488), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade dos agravos, passo ao exame dos recursos especiais.

Com relação à alegação de violação dos arts. 90, 91 e 93 do Decreto 6.514/08 e dos arts. 21, 74 e 75 da Lei n. 9.605/98, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 470-471):

[...]

Por outro lado, da análise do acervo probatório juntado aos autos, verifica-se que no ano de 2006, em inspeção realizada pelo IBAMA, foi constatada a existência de clareira entre o muro do empreendimento e a FLONA, resultado do corte de árvores, quando ainda se encontrava o empreendimento imobiliário em construção, fato que se mostra incontroverso.

Diante dos fatos acima narrados, não há como deixar de concluir que o desmatamento apontado pelo IBAMA, na verdade, não decorreu da poda de árvores ocorrida em 2009, mas quando da construção do empreendimento, nos idos de 2006. A poda de galhos e árvores apontadas no auto de infração não teria sido, por si só, capaz de gerar danos ambientais na proporção apontada pelo Instituto.

Resta comprovado que o condomínio não pode ser autuado por irregularidades cometidas pela construtora do empreendimento. É certo o particular que cometeu irregularidades ao promover podas em árvores em área de FLONA, situação que não pode ser desconsiderada, visto que há manifestação expressa nesse sentido.

[...]

Sendo assim, não se pode isentar de um todo da infração apontada no auto lavrado pelo Instituto, cabendo, tão somente, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a possibilidade de reduçõesisimlora da multa imposta.

[...]

Consoante se verifica dos excertos colacionados do aresto vergastado, o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluiu pela desproporcionalidade da multa aplicada ao Condomínio, porquanto o desmatamento apontado pelo IBAMA teria ocorrido à época da construção do empreendimento imobiliário, sendo imputado ao condomínio/recorrente, tão somente, a responsabilidade pela poda de árvores sem autorização do órgão ambiental.

Nesse sentido, concluir diversamente o *decisum*, na forma pretendida no apelo nobre, demandaria, necessariamente, o revolvimento do mesmo acervo fático-probatório já analisado, procedimento impossível por via de recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ, que assim dispõe: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

A esse respeito, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. CRIAÇÃO DE PÁSSAROS. ADULTERAÇÃO E ROMPIMENTO DE ANILHAS. MULTA AMBIENTAL. DESPROPORCIONALIDADE. REDUÇÃO DO QUANTUM. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou que "a multa aplicada de R\$ 145.000,00 é excessivamente onerosa ao autor e acaba se tornando desproporcional, o que justifica seja encontrado critério que permita a justa aplicação da penalidade à infração cometida pelo autor" (fl. 334, e-STJ) e julgou "parcialmente procedente a ação para reduzir a multa do auto de infração 497196 de R\$ 145.000,00 para R\$ 35.000,00, mantidos todos os

demais termos da autuação, da apreensão e da atuação da fiscalização" (fl. 334, e-STJ).

2. É evidente que, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, o qual reduziu o valor da multa aplicada ante a desproporcionalidade e excessividade do patamar anteriormente fixado, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp 683.812/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/8/2015, DJe 10/9/2015).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INFRAÇÃO AMBIENTAL. MULTA ADMINISTRATIVA. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto no enunciado n.º 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1.240.498/SC, Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 28/10/2015).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. ASTREINTES. PRETENDIDA MAJORAÇÃO DO VALOR. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Com efeito, "a jurisprudência do STJ é firme no sentido de se admitir a redução da multa diária cominatória, tanto para se atender ao princípio da proporcionalidade quanto para se evitar o enriquecimento ilícito, ainda que se verifique o descaso do devedor" (STJ, AgInt no AREsp 1.035.909/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/08/2017).

IV. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou também o entendimento no sentido de que o valor arbitrado a título de astreintes somente pode ser revisto excepcionalmente, quando irrisório ou exorbitante, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula 7 desta Corte. No caso, não sendo o caso de manifesta irrisoriedade, não há como afastar a incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ.

V. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1.162.043/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 9/3/2018).

Em relação à apontada violação do art. 86 do CPC/15, é forçoso ressaltar que a sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelas instâncias ordinárias, envolve, também, contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se impossível pela via estreita do recurso especial, em razão da incidência, também, do enunciado sumular n. 7/STJ.

Sobre a questão, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REEXAME DO GRAU DE SUCUMBIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

(...)

2. Acerca da suposta afronta ao artigo 21 do CPC, sabe-se que a análise da proporção em que as partes sucumbiram na demanda está obstada no âmbito do apelo nobre por envolver o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 433.138/MG, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 10.2.2014).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MORTE DA VÍTIMA. CULPA E NEXO CAUSAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. PENSÃO MENSAL DEVIDA AO FILHO. DIREITO DE ACRESCEER. DESPESAS DE FUNERAL. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS, SEM ALTERAÇÃO NO RESULTADO DO JULGAMENTO.

1. A adoção de entendimento diverso por esta Corte quanto à culpa e à existência de nexo causal capaz de ensejar a responsabilização da embargante demandaria reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. A jurisprudência deste Tribunal orienta que "cabível o direito de acrescer à viúva a parcela dos filhos, quando estes deixarem de receber a pensão" (AgRg no REsp 777.889/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 23.3.2011).

3. Entende ainda esta Corte ser desnecessária a comprovação das despesas de funeral da vítima.

4. A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

5. Embargos de declaração acolhidos, sem alteração no resultado do julgamento (EDcl no AgRg no AREsp 151.072/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 11/09/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECORRIDA. PUBLICAÇÃO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. SUCUMBÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. No caso concreto, para alterar a conclusão do Tribunal de origem de que não foram preenchidos os requisitos autorizadores da inversão do ônus da prova, bem como que o recorrido sucumbiu em parte mínima do pedido, seria necessária nova análise da matéria fática, o que é inviável em recurso

especial, ante o óbice da mencionada súmula.

3. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 511.935/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 16/05/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

